



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI Nº 2.083 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

“Modifica o art. 31, caput da Lei nº 1.887, e acrescenta os §§1º, 2º, 3º, 4º e 5º.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Rio Branco, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:


Art. 1º - O art. 31, caput, da Lei nº 1.887, de 30 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a redação a seguir, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º:

“Art. 31. Os períodos de licença prêmio adquiridos na forma das Leis 882, de 01 de agosto de 1990 e nº 1.700, de 04 de abril de 2008, poderão ser usufruídos ou convertidos em pecúnia.

§ 1º Ao servidor que, a partir da publicação desta Lei, faltar, exclusivamente, o requisito do tempo de cinco anos no cargo efetivo para aposentadoria, fica assegurado à conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio adquiridos e não usufruídos na forma das leis constantes do caput deste artigo, mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º O pagamento dos períodos referidos no caput deste artigo e no § 1º será parcelado em até 24 (vinte e quatro) meses, conforme tabela de escalonamento anexo.

§ 3º Os servidores que vierem a obter o direito a licença prêmio a partir da publicação desta Lei, só terão direito ao gozo, excetuado os casos que foram adquiridos durante os 05 (cinco) anos de efetivo exercício.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

§ 4º Em havendo disponibilidade orçamentária financeira, o pagamento a que se refere o § 2º poderá ser feito integralmente, dando-se preferência aquele de menor valor.

§ 5º Fica assegurado o pagamento da licença prêmio em pecúnia nos seguintes casos:

I – aposentadoria;

II – exoneração;

III – aos dependentes, no caso de falecimento do servidor.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco – Acre, 06 de outubro de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 131º do Município de Rio Branco.


Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco

PUBLICADO NO D.O.E.	
Nº	11412 DE 13 / 10 / 14
Pág. Nº:	61/



ANEXO I
TABELA DE ESCALONAMENTO
(§ 2º DO ART. 31 DA LEI Nº 1.887/2011)

VALOR	NÚMERO DE PARCELAS
Até R\$ 20.000,00	02 (duas) parcelas
De R\$ 20.001,00 a R\$ 50.000,00	06 (seis) parcelas
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	12 (doze) parcelas
Acima de R\$ 100.001,00	24 (vinte e quatro) parcelas

reavaliação de bens e imóveis, junto ao Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - AC. Esta portaria revoga todas as disposições da portaria nº 121.

Art. 3º - Fica autorizada a Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura a realizar o pagamento correspondente ao valor total de R\$ 1.245,00 (hum mil e duzentos e quarenta e cinco reais).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com afixação no átrio desta Municipalidade, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se; e
Cumpra-se

JOSÉ ESTEPHAN BARBARY FILHO

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito do Município de Porto Walter - Acre, aos dez dias do mês de Outubro de dois mil e quatorze.

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 28/2014

Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Walter

Data de Abertura: 23/10/2014

Horário: 08h00min

Local de retirada do edital: Prefeitura Municipal de Porto Walter – sito a Alfredo Sales - Centro – Fone/Fax (68) 3325-8027

Local de abertura: Prefeitura Municipal de Porto Walter – Sala de Reuniões de Licitações.

Objeto: Fornecimento de material de consumo para atender as necessidades do Programa ANDI da secretaria de saúde do município de Porto Walter. Porto Walter – AC, 10 de outubro de 2014.

Antônio Willem Lima da Fonseca
Pregoeiro

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER

Aviso de Licitação

Pregão Presencial SRP nº 29/2014

Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Walter

Data de Abertura: 23/10/2014

Horário: 11h00min

Local de retirada do edital: Prefeitura Municipal de Porto Walter – sito a Alfredo Sales - Centro – Fone/Fax (68) 3325-8027

Local de abertura: Prefeitura Municipal de Porto Walter – Sala de Reuniões de Licitações.

Objeto: Aquisição de peças para a frota de veículos da Prefeitura de Porto Walter.

Porto Walter – AC, 10 de outubro de 2014.

Antônio Willem Lima da Fonseca
Pregoeiro

RIO BRANCO

LEI Nº 2.083 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

"Modifica o art. 31, caput da Lei nº 1.887, e acrescenta os §§1º, 2º, 3º, 4º e 5º."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Rio Branco, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 31, caput, da Lei nº 1.887, de 30 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a redação a seguir, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º:

"Art. 31. Os períodos de licença prêmio adquiridos na forma das Leis 882, de 01 de agosto de 1990 e nº 1.700, de 04 de abril de 2008, poderão ser usufruídos ou convertidos em pecúnia.

§ 1º Ao servidor que, a partir da publicação desta Lei, faltar, exclusivamente, o requisito do tempo de cinco anos no cargo efetivo para aposentadoria, fica assegurado a conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio adquiridos e não usufruídos na forma das leis constantes do caput deste artigo, mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º O pagamento dos períodos referidos no caput deste artigo e no § 1º será parcelado em até 24 (vinte e quatro) meses, conforme tabela de escalonamento anexo.

§ 3º Os servidores que vierem a obter o direito a licença prêmio a partir da publicação desta Lei, só terão direito ao gozo, excetuado os casos que foram adquiridos durante os 05 (cinco) anos de efetivo exercício.

§ 4º Em havendo disponibilidade orçamentária financeira, o pagamento a que se refere o § 2º poderá ser feito integralmente, dando-se preferência aquele de menor valor.

§ 5º Fica assegurado o pagamento da licença prêmio em pecúnia nos seguintes casos:

I – aposentadoria;

II – exoneração;

III – aos dependentes, no caso de falecimento do servidor."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco – Acre, 06 de outubro de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 131º do Município de Rio Branco.

Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco

ANEXO I

TABELA DE ESCALONAMENTO

(§ 2º DO ART. 31 DA LEI Nº 1.887/2011)

VALOR	NÚMERO DE PARCELAS
Até R\$ 20.000,00	02 (duas) parcelas
De R\$ 20.001,00 a R\$ 50.000,00	06 (seis) parcelas
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	12 (doze) parcelas
Acima de R\$ 100.001,00	24 (vinte e quatro) parcelas

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.094 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Bruna Bacelar de Carvalho para exercer o Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, referência CC-3.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/09/2014.

Rio Branco-Acre, 01 de setembro de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 131º do Município de Rio Branco.

Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.197 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, Lídia Cristina do Valle Dantas, matrícula nº 706720-1, do Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, referência CC-2, nomeada através do Decreto nº 1.864, de 10.09.2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/09/2014.

Rio Branco-Acre, 06 de outubro de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 131º do Município de Rio Branco.

Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA DE RIO BRANCO GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.217 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento financeiro de 2014 e dá outras providências."